

29 NOV 1987

Tempo de negociar

Mercado para a próxima quarta-feira, dia 2 de dezembro, o anunciado confronto do "Centrão" com as esquerdas poderá não acontecer. Um dos principais líderes centristas, o deputado José Lourenço, do PFL, já se encontrou na sexta-feira com o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, iniciando uma série de contatos que deverá levar a uma solução de consenso em torno das mudanças previstas no regimento interno da Constituinte. O "Centrão" insiste em fazer prevalecer, durante a votação decisiva em plenário, a força da maioria de centro-direita que o grupo afirma representar. Por outro lado, o grupo de centro-esquerda, liderado pelo senador Mário Covas, não abre mão de aprovar, também em plenário, um texto constitucional que traduza efetivamente um avanço social.

O simples fato de os dois líderes na Constituinte se encontrarem, para conversa preliminar, já revela uma disposição favorável ao entendimento. Para isso contribuiu, decisivamente, o resultado do primeiro confronto na semana passada, quando os centristas demonstraram ter força majoritária, mas que não chega a ser suficiente para impor os seus conceitos e idéias. A preferência para que fosse votado, em primeiro lugar, o projeto dos centristas, acabou aprovada por 271 votos — faltaram nove votos para que o grupo atingisse, aí sim, o número-chave (280) capaz de lhe

garantir todos os direitos e prerrogativas. A votação da semana passada mostrou que nenhum grupo, isoladamente, seja de esquerda, centro ou direita, tem o poder de decidir sobre o projeto da nova Constituição.

A não ser que este quadro seja alterado por um novo e improvável confronto na semana que se inicia, os constituintes terão que se entender não apenas sobre as mudanças no regimento, mas também com relação a alguns dos principais temas que marcaram o debate da Constituinte até agora. Terá de haver consenso, por exemplo, sobre toda uma série de decisões da Comissão de Sistematização, que aprovou um capítulo da ordem social considerado avançado demais para a nossa realidade. Acreditam os principais líderes centristas que a proibição à demissão imotivada, a jornada de trabalho de 44 horas e o pagamento em dobro de horas extras poderão levar a economia do País ao colapso; a frágil iniciativa privada nacional não estaria em condições de absorver, de uma só vez, tantas concessões trabalhistas.

Considerando que tais preocupações sejam fundadas, os líderes do grupo de centro-esquerda deverão se despir agora do triunfalismo que marcou certas votações da Sistematização para procurar o entendimento necessário com os centristas. E preciso encontrar soluções intermediárias

entre a estabilidade no emprego, pura e simples, e a necessidade que tem o trabalhador de se sentir seguro em sua função. Da mesma forma, se o atual estágio da economia brasileira ainda não permite aos empresários concederem uma jornada de trabalho de 44 horas a seus empregados, que se busque uma forma de remuneração mais justa ou, então, uma jornada média anual de 44 horas — fórmula já aceita por muitos empresários.

Parece claro, no entanto, que por maior que seja a disposição de entendimento entre os dois grupos, as conversas entre o deputado José Lourenço e o senador Mário Covas passarão ao largo dos dois temas mais polêmicos em debate na Constituinte: o sistema de Governo e a duração do mandato do presidente Sarney. Qualquer que seja o acordo firmado, o presidente da República vai para essa última e decisiva fase de votação sem saber, exatamente, com quem poderá realmente contar. No máximo, poder-se-ia afirmar que o "Centrão", por sua característica conservadora, tende a apoiar preferencialmente o sistema presidencialista de Governo, por ser favorável a uma forma de administração pública mais centralizadora.

Com relação ao mandato, tema que desperta maior interesse ainda do Governo, qualquer previsão, agora, poderia parecer temerária.